



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Trabalho, questão social e serviço social

## QUESTÃO SOCIAL ENQUANTO PARTICULARIDADE DA QUESTÃO SOCIAL: UM ENFOQUE NA REGIÃO CENTRO-SUL CEARENSE

José Aurício Lopes Araújo<sup>1</sup>  
Marcones da Silva Nascimento<sup>2</sup>

**Resumo:** As desigualdades regionais no Brasil refletem a dialética entre o universal e o regional do desenvolvimento capitalista. A região Nordeste é inserida nessa dinâmica de expansão do capital de forma particular e desigual. Nosso propósito foi analisar os principais impasses e desafios da atual política de desenvolvimento regional do estado do Ceará na realidade do sertão Centro-Sul cearense.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento regional. Questão social. Nordeste.

**Abstract:** Regional inequalities in Brazil reflect the dialectic between the universal and the regional capitalist development. The Northeast region is inserted in this dynamics of capital expansion in a particular and unequal way. Our purpose was to analyze the main impasses and challenges of the current regional development policy of the state of Ceará in the reality of the sertão Centro-Sul Ceará.

**Keywords:** Regional development. Social issues. Northeast.

### 1. Introdução

As desigualdades regionais oriundas do desenvolvimento capitalista apresentam particularidades nas diferentes formações sociais de cada país e expressando-se de maneira mais aguda nos países que compõem a periferia do capital como é o caso do Brasil. Na realidade brasileira, percebemos a região nordeste com uma maior notoriedade dessas características como reflexos da concentração de riquezas e da má distribuição de renda. Entretanto, no curso das últimas décadas tem-se percebido algumas inflexões nas expressões da questão social no nordeste brasileiro como é o caso do aumento da expectativa de vida e a diminuição exponencial dos níveis de pobreza absoluta. Constatações essas passíveis de observação a partir de indicadores sociais e econômicos que demonstram uma efetiva melhoria da qualidade de vida desta população. Nesse período, a região Nordeste efetivamente esteve entre as prioridades dadas por parte de instituições estatais via políticas de desenvolvimento, a exemplo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), através do financiamento de grandes projetos de infraestrutura e industriais, além de programas como o Programa Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida e o Luz Para Todos, que priorizaram o atendimento de quem

---

<sup>1</sup> Estudante de Graduação, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará, E-mail: auricioaraujo8@gmail.com.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará, E-mail: auricioaraujo8@gmail.com.

esteve à margem do trabalho formal ou mesmo aqueles que não foram incorporados pelo mercado.

Aqui chamamos a atenção para a realidade da região Centro-sul cearense, composta por 12 municípios, tendo Iguatu como polo. Este município possui uma população estimada de 100.053 habitantes, tendo 1.029 Km<sup>2</sup> de extensão territorial. Desse total, cerca de 25% residem no meio rural e 75% no meio urbano. Durante muito tempo, Iguatu teve sua economia assentada na cotonicultura, tendo sido o maior produtor do estado e um dos principais do Nordeste, o que implicou na construção de importantes meios de transporte e escoamento de mercadorias, a exemplo da estrada de ferro que ligava a cidade à capital. Posteriormente surgiram outras indústrias, como fumo, máquinas agrícolas e etc. Iguatu tem destaque mais recente na produção de leite, arroz, feijão, mandioca, milho e banana, contudo na economia da região, além da agropecuária, predominam atividades próprias do setor de serviços. Além disso, o município atraiu empresas como a de produção de calçados, a exemplo da Dakota Nordeste S/A, além dos arranjos produtivos locais como mecanismo de fomento do desenvolvimento regional. A esse respeito, foram contabilizadas, até 2011, 1903 empresas atuantes, tendo 12.356 pessoas assalariadas, 14.553 pessoas ocupadas e uma média salarial de 1,4 salários mínimos.

Trata-se de uma realidade que tem sofrido mudanças consideráveis no seu quadro econômico e nas relações de trabalho nos últimos anos, reflexo das transformações ocorridas especialmente em âmbito nacional. Porém, tais processos continuam a sinalizar a presença de um círculo vicioso tenaz que reproduz e até aprofunda as desigualdades regionais. Isso revela também a ausência de avanços substanciais em políticas sociais voltadas para o enfrentamento de tais desigualdades para além de ações pontuais, como o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), criado ainda na década de 1980 e de cunho mais assistencial. Na verdade, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), desenvolvida prioritariamente pelo Ministério da Integração Nacional nos últimos anos, não rompe com a herança neoliberal, o que facilita a reversão rápida dos ganhos e a reposição das disparidades socio regionais. Esse contexto torna-se mais agravante diante da imposição em âmbito nacional de uma agenda intensiva de restrição de direitos sociais, mais precisamente trabalhistas, e de maior precarização, expondo o esgotamento do padrão de crescimento econômico dos anos 2000.

Diante disso, apresentamos algumas inquietações: como esse quadro atual tem repercutido nas desigualdades regionais, em especial na região Nordeste? Quais os reflexos na configuração da política de desenvolvimento regional no estado do Ceará? Quais seus principais impasses e desafios para o desenvolvimento regional hoje na realidade cearense, particularmente no sertão Centro-sul? Sabendo que tais questões fugiriam do alcance da presente proposta de pesquisa, traçamos os seguintes objetivos: identificar os aspectos que constituem a dimensão regional da questão social no desenvolvimento desigual capitalista no Brasil, atentando para o papel da região Nordeste, especialmente na última década; caracterizar a política de desenvolvimento regional no Ceará,

atentando para as suas recentes mudanças e para o papel histórico da região Centro-Sul; refletir sobre os principais impasses e desafios da atual política de desenvolvimento regional do estado do Ceará na realidade do sertão Centro-Sul cearense.

## **2. A centralidade da Questão Regional enquanto particularidade da Questão Social**

A nossa compreensão sobre a natureza das desigualdades regionais procura orientar-se a partir de uma análise consonante com o entendimento do desenvolvimento desigual e combinado capitalista, que revela o caráter integrador e ao mesmo tempo desintegrador de regiões nesse sistema. Essas desigualdades tomam proporções e características diversas no contexto contemporâneo com o processo de financeirização e mundialização que também se regionaliza, adensando a questão social na sua dimensão regional, expressa pela intensificação da divisão internacional do trabalho, da reestruturação produtiva e dos conflitos territoriais.

Contraditoriamente, a realidade brasileira demonstrou que, mesmo diante da perpetuação das desigualdades regionais no país, ocorreram inflexões na questão social no Nordeste nos anos 2000. Isso, no entanto, não foi suficiente para reconfigurar as funções que historicamente a região cumpre, em especial, na divisão regional do trabalho. Em outras palavras, a constituição de uma *superpopulação relativa* (MARX, [1867] 1984) nessa região tenciona o rebaixamento do preço da força de trabalho no país; com grande diferenciação salarial em relação à média nacional; menor índice de industrialização em comparação a outras regiões, implicando em taxas reduzidas de produtividade do trabalho; maior peso da pauperização absoluta e, portanto, de condições de trabalho precárias; além da grande marca da questão agrária que retrai ainda mais o mercado interno e revela a relação dialética entre o “moderno” e o “atraso” no capitalismo como desdobramento do seu desenvolvimento desigual.

Diante desse quadro, é inegável que a expansão do capital e do mercado via políticas de desenvolvimento regional dinamiza com uma força muito maior a economia em regiões onde o descompasso entre riqueza e pobreza é mais profundo, o que tende, inicialmente, a beneficiar, em graus diferenciados, ambas as classes e suas respectivas frações, representantes tanto do capital como do trabalho, atendendo aos seus distintos interesses. Para tanto, o intermédio do Estado é fundamental através dos incentivos fiscais, da política tributária regressiva, da geração de novos postos de trabalho, da recomposição do salário mínimo, das políticas de transferência de renda, da ampliação da renda e do poder de consumo através do crédito, entre outras formas. Por outro lado, sob a hegemonia de um neoliberalismo, há intensificação da precarização do trabalho e das condições de vida, interferindo na composição da força de trabalho sobrando e na dinamização da economia local que, mediante a saturação das metrópoles e a busca de novos territórios de expansão do capital, tem conformado as “cidades médias” e outras regiões metropolitanas, especialmente no interior do Nordeste.

O progresso observado, por exemplo, com a queda da extrema pobreza entre os anos de 2004 a 2013, de cerca de 7% para 4%, em virtude, dentre outros aspectos, da expansão do mercado de trabalho e de programas sociais de transferência de renda, sofre um processo de verdadeira estagnação antes mesmo do final do último governo eleito. O mercado de trabalho está se deteriorando rapidamente e a situação fiscal passou de relativamente favorável para muito preocupante. Nesse contexto, a realidade do município de Iguatu, Ceará, que assume um importante papel econômico no estado, também tem apresentado alguns sinais do atual ciclo regressivo no âmbito do desenvolvimento regional com mudanças consideráveis na política de assistência social como também no setor produtivo, a exemplo da recente falência de uma importante indústria de móveis tubulares na cidade e do crescimento de terceirizações tanto no setor público como privado. Essa realidade, contudo, demanda um estudo mais aprofundado como também um levantamento de dados mais conciso e atualizado a ser desenvolvido durante a pesquisa.

De toda forma, podemos observar que os ciclos de expansão capitalista via “inclusão social e regional” têm tempo de validade nas regiões de forma descompassada. Fato este que tende a perpetuar as desigualdades regionais e até agravá-las em contextos de regressão nos direitos democráticos, tal como as atuais medidas de austeridade no país. Assim, o movimento de concentração e centralização do capital toma renovada amplitude, reforçando a condição do Brasil de país agroexportador e as “formas de heteronomia crescentemente mais complexas, envolventes e eficazes”. (FERNANDES, [1968] 2008, p.56).

É nesse contexto que se insere o Nordeste brasileiro no “movimento mundial articulador de territórios”. Região em que é possível constatar a presença de novos vetores de expansão econômica, porém mantém taxas que revelam desigualdades sociais ainda superiores aos índices nacionais. Enquanto isso, a crônica cotidiana composta por diversas trajetórias de vida daqueles que sofrem violentamente os efeitos da questão regional permanece presente, embora de forma reconfigurada, como marca intransponível nos marcos do desenvolvimento desigual em curso no Brasil e no mundo. Os meios para suprimir as barreiras espaciais e as distinções regionais, que limitam o presente padrão de acumulação, envolvem a produção de “novas diferenciações geográficas que criam novas barreiras espaciais a serem superadas”. (HARVEY, 2013, p.528).

De fato, o desenvolvimento de políticas regionais repercute na taxa de crescimento econômico, fazendo com que regiões como o Nordeste, por exemplo, tenha crescido entre os anos de 2003 a 2010 em uma proporção de 4,9% a mais que a média nacional (ARAÚJO, 2013). Portanto, é inegável que os períodos com maior desenvolvimento regional, mesmo que com suas contradições, tal como na década passada, oferecem melhores condições de vida e trabalho para os segmentos mais subalternizados, que também são regionalizados. Resta saber, e a história dirá, se as consequências desse breve período poderão avolumar as possibilidades futuras de mudanças reais nas desigualdades

regionais no Brasil frente ao quadro destoante que o país vive atualmente.

Para entender as particularidades do Nordeste no que se refere a essa desigualdade regional, se faz necessário, antes de tudo, compreender os níveis de desigualdade nacional. Para alcançar tal solo utilizamos os dados da pesquisa Oxfam/Data folha de 2017 “Nós e as desigualdades”. O relatório de tal estudo nos apresenta os seguintes dados: 39% dos entrevistados entendem a desigualdade como a diferença socioeconômica. A pesquisa revela um aparente pessimismo com relação a desigualdade no país por apresentar que 58% da população acredita que nada mudou no passado recente e 88% dos brasileiros acreditam que as medidas do governo Temer não alteraram ou pioraram as desigualdades no país. O total de 57% acredita que mulheres ganham menos por serem mulheres, 46% acreditam que negros tem salários inferiores por serem negros.

O referido relatório ainda aponta que 71% dos brasileiros revelam a necessidade de oferta de emprego como um importante mecanismo de combate à desigualdade. Segundo a pesquisa, 79% acreditam que o combate às desigualdades deve ser função dos governos e 61% vê a necessidade de uma reforma no sistema político. Outras causas para essa desigualdade exposta pela pesquisa, refere-se a 81% dos brasileiros acreditarem que a corrupção contribui para o aumento das desigualdades, 70% relata a falta de emprego – o que acaba reforçando o dado citado linhas acima – e 60% fala de uma falta de educação de qualidade já que 67% verifica a necessidade de se investir em uma educação melhor.

Sobre isso, observamos hoje um aumento do desemprego e uma redução de recursos públicos para políticas como a da Assistência Social. Toma novamente relevo drástico os índices de concentração de renda e desigualdades sociais que se configuram regionalmente. De acordo com o IBGE (2017), 1% da população do país com os maiores rendimentos recebiam, em média, R\$ 27.213, em 2017. Esse valor é 36,1 vezes maior que o rendimento médio dos 50% com os menores rendimentos (R\$ 754). Essa proporção foi de 44,9 vezes na região Nordeste. No mesmo ano (2017), 13,7% dos domicílios recebiam recursos do Programa Bolsa Família, um valor já menor que o de 2016 (14,3%). Dentro desse quadro, o Ceará aumentou para 36,6% a quantidade de desempregados de longa duração. Essas condições incidem na dinâmica migratória, na divisão regional do trabalho e na questão social no Nordeste, particularmente no Ceará. Nesta realidade encontra-se o município de Iguatu que, conforme dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010), possuía 43.970 pessoas economicamente ativas onde 40.955 estavam ocupadas e 3.015 desocupadas. A taxa de participação ficou em 53,7% e a taxa de desocupação municipal foi de 6,9%. A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 26,8% tinha carteira assinada, 34,4% não tinha carteira assinada, 23,3% atuam por conta própria e 1,7% empregadores. Servidores públicos representavam 4,1% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 9,6% dos ocupados.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (2013), da população total, 11.520 encontravam-se em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Isto significa que 11,9% da população municipal vivia nesta situação. Do total de extremamente pobres, 6.211 (53,9%) viviam no meio rural e 5.309 (46,1%) no meio urbano. Iguatu contava com 12.376 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, ou seja, 42,84% da população do município. Já em relação aos equipamentos sociais vinculados à Política de Assistência Social, até 2013 a realidade municipal contava em seu território com 04 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e 01 Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), cofinanciados pelo MDS, além de mais 02 CRAS, cofinanciados pelo município. Entretanto, é necessário atentarmos para outros aspectos que caracterizam as condições gerais de vida da população, a exemplo do acesso aos serviços sociais. Sobre isso, identificamos que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,677, considerado médio pelo Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD), ocupando a 10ª posição com relação aos demais municípios do estado.

Ainda embasados no ministério do desenvolvimento Social (2019), encontramos algumas disparidades entre os dados no período entre 2013 e 2019, como por exemplo, o número de beneficiários do Programa Bolsa Família que diminuiu para 10.488, compondo desta maneira um montante de aproximadamente 25% da população beneficiada por esse programa, responsáveis por receber um valor médio de R\$171,55 por família. Encontramos ainda um panorama que nos apresenta o fato de que o município possui 15.970 famílias com renda de até ½ salário mínimo e 14.021 famílias com renda de até ½ salário mínimo com cadastro atualizado, isto posto, verifica-se que a taxa de atualização cadastral no município, que é de 87,80% é superior a taxa nacional de 86,08%.

Diante disso, o fato é, que as desigualdades regionais compõem a dinâmica do desenvolvimento capitalista nacional e mundial e apresentam uma tônica particular nas formações sociais dependentes, devido à forma específica de integração ao mercado mundial. No Brasil, compreendemos a região Nordeste como destaque na questão regional, sofrendo com maior tônica os reflexos da concentração de riqueza, renda e poder no país.

O processo de colonização se constitui como um dos fatores históricos centrais para compreensão da formação regional desigual. A expansão do próprio modo de produção capitalista reforça a hegemonia da classe dominante, concentrando cada vez mais riqueza socialmente produzida e reproduzindo seus padrões de dominação, econômicos, político e ideológicos. Essas características se colocam como totalidade e se expressam nas relações de dependência e conjugação do “atraso” e “moderno” entre as regiões.

A hegemonia se coloca de modo diferente em cada lugar. As barreiras não se dão apenas com divisões territoriais, mas através da cultura, características físicas, modos de comunicação. A própria condição de existir do modo de produção capitalista é contraditório e pra sua expansão necessita de barreiras, que fortalecem seu processo de acumulação de capital e aprofunda as desigualdades sociais,

reproduzindo em maior escala atrasos como fome, miséria, falta de moradia.

A proposta de expansão do capital tenta acabar com as barreiras regionais, essas advindas de processos históricos distintos, envolvendo diferentes sujeitos sociais que resulta na “criação e aprofundamento da desigualdade” fruto do processo “desigual e combinado” presente nas raízes do modo de produção capitalista, fundamental na sua universalização, produção e reprodução.

As diferenciações regionais é funcional ao desenvolvimento do capital, a desigualdade regional manifesta, as grandes disparidades econômicas entre as regiões na grande era da expansão imperialista, onde há grande migração dos sujeitos para os grandes polos industriais em busca de trabalho, funcional para criação e expansão da superpopulação relativa com mão de obra barata, possibilitando maior acumulação do capital, aumentando a exploração sobre o capital variável.

Todos esses elementos estão unificados na combinação do “atraso” com o “moderno” que no seu desenvolvimento materializa a necessidade de melhores condições de vida para classe trabalhadora, onde o acirramento das disparidades regionais os deixam cada vez mais em condições de pauperização, expandindo a necessidade de reforma agrária, urbana, melhoria nos meios de locomoção apontando a dimensão política da “luta de classes”.

É, portanto, a partir de uma dinâmica profundamente desigual que os territórios são (re)conformados e diferenciados. Basta observarmos o padrão de organização de qualquer cidade, de centro para periferia: o fluxo, as paisagens, a arquitetura, a densidade populacional, o acesso aos serviços etc. E se pensarmos a relação entre campo e cidade as discrepâncias se ampliam. Tudo respaldado em uma forma de conceber o ‘lugar’ como natural, por si mesmo, constituído por relações locais e, por isso, sendo bem-sucedido (ou não) a partir do empenho do ‘espírito empreendedor’ da população local e dos ‘privilégios’ geográficos. (PEREIRA, ANO. 2018, p. 1730-1731)

A divisão regional do trabalho em escala mundial e configuração regional sempre está em relação com o processo histórico de formação do capital no seu tocante “desigual e combinado”, que devido ao mesmo, adensa o barateamento dos elementos do capital constante aumentando a taxa de mais-valia não só por essa características, mas também pelo o aumento da exploração da força de trabalho, ou seja, é um conjunto que envolve os dois pilares de estruturação, capital constante e variável.

### **3. Conclusão**

O padrão de acumulação estabelece formas onde uma região que tenha maior produção não necessariamente seja mais rica, geralmente acontece ao contrário pois as regiões mais pobres tendem ao barateamento da força de trabalho, o comando do capital é essencial no que diz respeito a “riqueza e pobreza”, partindo da totalidade em que todos os elementos estão integrados, até mesmo os que parecem estar fora desse ciclo, quebrando o estereótipo do “subdesenvolvimento”, onde é essencial sua existência para desenvolvimento de outras regiões.

Durante os governos “neodesenvolvimentistas” (2003-2015), a região Nordeste teve uma grande crescente econômica, mas ainda apresenta uma disparidade gigante quando comparada ao Sul e

Sudeste. Dentro do processo de contradição, os níveis de pobreza ainda são altos onde expressa que há uma grande distância entre a relação do crescimento e desenvolvimento, mantendo ainda o processo de emigração para outras regiões e sua mão de obra barata. Atualmente, as desigualdades regionais se acirram com a expansão do capital, o processo de acumulação é maior e a exploração dos trabalhadores acontece de forma contínua, repercutindo em âmbitos políticos de resistência da classe trabalhadora, mudando a dinâmica das cidades que se modernizam conservando características do passado.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. B. de. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no governo Lula. SADER, E. (Org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

BRASIL. Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município. Ministério da cidadania – Secretaria nacional de renda e cidadania. Disponível em: <http://mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em: 20.06.2019.

FERNANDES, F. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. 5. ed. rev. São Paulo: Global, [1968] 2008.

GUERRA, Yolanda. *A dimensão investigativa no exercício profissional*. In CFESS/ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

HARVEY, D. *Os limites do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

IAMAMOTO, Marilda V. A questão social no capitalismo. In *Temporalis*, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, n. 3 (jan./jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico*. 2010. Disponível em: < <https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 10 nov. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. 2012. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa\\_resultados.php?id\\_pesquisa=4](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=4)>. Acesso em 12 nov. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. 2017. Disponível em: < <https://www.poder360.com.br/wp-content/uploads/2018/04/Pnad-Continua-Rendimentos2017.pdf>>. Acesso em 22 abr. 2017.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. *2054 Texto para Discussão: fatos recentes do desenvolvimento regional no Brasil*. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, [1867] 1984.

MARX, Karl. O CAPITAL Crítica da economia política. Tradução Rubens Enderle. Boitempo editorial, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1998.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. In *Temporalis*, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, n. 3 (jan./jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

OXFAM BRASIL. Nós e as desigualdades sociais. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/tags/pesquisa-datafolha>>. Acesso em: 02.02.2019.

PEREIRA, Evelyne Medeiros. O Marxismo e a Questão Regional: Elementos Para Análise. *Rev. Direito e Práx.*, Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 3, 2018, p. 1714-1734. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/36549/26071>. Acessado em: 02/04/2018

POCHMANN, M. “*Nós somos um país em que a desigualdade é nossa marca*”: Para o economista e presidente da Fundação Perseu Abramo, Márcio Pochmann, o Brasil está mais preparado para lidar com a desigualdade, mas certamente, está longe de superá-la. [nov. 2014]. Entrevistadora: Simone Freire. São Paulo: *Jornal Brasil de Fato*. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/30631/>>. Acesso em: 03 mai. 2017.